

AS IDEIAS GERAIS DO NARRATIVISMO THE GENERAL IDEAS OF NARRATIVISM

**Luiz Henrique
Bechtluft Bade**

Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis/RJ, Brasil
henriqueluiz99@hotmail.com

Resumo

O artigo objetiva analisar algumas das principais características da Filosofia Narrativista da História (ou simplesmente Narrativismo) enquanto postura filosófica relativa ao fazer historiográfico. Especificamente, dedica-se ao estudo da relação desta posição com as discussões filosóficas quanto à referência. A hipótese defendida é de que os posicionamentos gerais do Narrativismo o colocam numa relação particularmente curiosa com o problema da referência, a qual ainda precisa ser mais cuidadosamente analisada.

Palavras-chave

Filosofia Narrativista da História; Narrativismo; Historiografia; Referência; Filosofia da História.

Abstract

The article aims to analyze some of the main characteristics of the Narrativist Philosophy of History (or simply Narrativism) as a philosophical stance related to historiographical work. Specifically, it is dedicated to studying the relationship between this position and philosophical discussions regarding reference. The hypothesis defended is that the general positions of Narrativism place it in a particularly curious relationship with the problem of reference, which still needs to be more carefully analyzed.

Keywords

Narrativist Philosophy of History; Narrativism; Historiography; Reference; Philosophy of History.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 10/03/2024
Publicado em 30/04/2024

1. INTRODUÇÃO

O artigo que segue busca expor e analisar algumas das principais ideias relacionadas ao Narrativismo (ou à Filosofia Narrativista da História), movimento de cunho filosófico relativo à produção do conhecimento historiográfico observado a partir da primeira metade da década de 1970, e ainda muito presente nas discussões do campo da História até os dias atuais. Após discutir três pontos gerais, transversalmente presentes nas obras de Hayden White e Frank Ankersmit (provavelmente os dois autores mais influentes da matriz narrativista), o trabalho deter-se-á mais demoradamente em estudos quanto à relação do Narrativismo com o problema filosófico da referência. Antes de tais discussões, contudo, dois esclarecimentos são precisos.

O primeiro destes consiste em evidenciar a postura declaradamente anti-empirista dos autores narrativistas. Com efeito, ao menos em suas obras mais celebradas, White e Ankersmit partem do princípio de que o conhecimento historiográfico não pode ser explicado ou justificado meramente por recurso às fontes históricas, negando qualquer tipo de acesso direto ao passado.

O segundo ponto, decorrente do primeiro, é a influência de um pensamento estético (e mesmo político) destacado pelos narrativistas quanto à produção da História enquanto saber. De fato, como argumentam pensadores como White e Ankersmit, se não há acesso direto e imediato ao passado histórico, este não é árbitro último das discussões historiográficas, nem o pode ser, do que sucede que o conhecimento histórico e historiográfico é ao menos muito profundamente influenciado por fatores como gosto estético¹ e preferências políticas, tanto do historiador que escreve quanto da sociedade em que este historiador é educado.

Representacionalismo

Não é incomum encontrar, nos campos da Teoria e Filosofia da História, análises que partem do princípio de que o historiador representa aquilo que lhe serve como objeto de pesquisa. Em outras palavras, em não negligenciável parcela das análises da produção do conhecimento historiográfico, o texto produzido é encarado como um “substituto”, uma entidade que faz as vias da realidade histórica pretérita, finda e, exatamente por conta disso, inacessível diretamente. Com efeito, observa Kuukkanen em seu *Postnarrativist Philosophy of Historiography* que

historians almost naturally opt for what one might call “the copy theory of historical representation”. They believe that there has been a past that they should “copy” as well as they can in the language they use for writing about it. All they say about the past should have its exact counterpart in the past itself - and language should not add

¹ Quanto a isso, cf. Bade & Ricon (2023).

*anything to this. (p. 30. Grifos do autor)*²

A Filosofia Narrativista da História parte de princípios semelhantes. Contudo, em oposição às teorias tradicionais da representação histórica (que colocam dito fenômeno como algo “transparente”, como explicitado pela passagem recentemente citada), representar um objeto histórico é, para o Narrativismo, um ato repleto de intermédios não necessariamente encontrados naquilo que se investiga. Resumidamente, não há, para os filósofos narrativistas da História, representação histórica sem uma gama de subjetividades, que são resultado de uma série de fatores.

Para Hayden White, por exemplo, existe uma radical diferença entre um evento histórico em si e sua operacionalização dentro de uma produção textual (no vocabulário do próprio White, há uma incomensurável diferença entre um evento e um fato). Para o estadunidense, o ato de encaixar eventos históricos em enredos é, invariavelmente, determinado por uma tradição literária que privilegia certos modos de enredamento (*emplotment*) do material de pesquisa. Em seu *Meta-História*, o autor explicita quatro modos de operacionalizar enredos: o modo trágico, o modo cômico, o modo romanesco e o modo satírico. De acordo com a estória (*story*)³ que pretende construir, o historiador seleciona, consciente ou inconscientemente, aspectos das fontes com as quais trabalha com fins de moldar seu material às formas literárias de representá-lo preferidas pelo autor. Em outras palavras, para White o processo de representação não é ingênuo ou transparente, como pretendem as análises mais tradicionais da representação histórica.

Ankersmit segue uma linha de análise semelhante, embora mais filosoficamente carregada. Para o holandês, a separação radical entre presente e passado pode ser traduzida numa série de subjetividades (que perpassam a escola de pensamento à qual o historiador individual pertence, suas convicções políticas, as fontes às quais o pesquisador recorre, etc.) que fazem com que qualquer enredamento do material bruto ocorra de acordo com uma substância narrativa em particular⁴.

² “Os historiadores optam quase naturalmente pelo que se poderia chamar de “teoria da cópia da representação histórica”. Acreditam que houve um passado que deveriam “copiar” da melhor maneira possível na linguagem que usam para escrever sobre ele. Tudo o que dizem sobre o passado deve ter sua contrapartida exata no próprio passado e a linguagem não deve acrescentar nada a isso.”. Tradução minha.

³ O termo “estória” foi aplicado na presente análise para enfatizar o teor literário dos procedimentos analisados por White. De fato, é central para a análise do mesmo que se enxergue o texto histórico como um “artefato literário” (nome de um dos mais influentes artigos de White. Cf. White, 1994, p. 97-116).

⁴ Vale destacar que a produção intelectual de Ankersmit é amplamente influenciada pelo pensamento leibniziano, segundo o qual o mundo é organizado em mônadas. Estas consistem em entidade imateriais, indivisíveis, em cujas interações gera-se o mundo perceptível e cognoscível. Ankersmit vale-se dessa argumentação para defender a ideia de que cada texto historiográfico traz consigo uma interpretação particular do passado que descreve. Tal interpretação, apesar de orientar o texto, não pode ser explicitamente identificada em nenhuma parte do mesmo, mas sim inferida a partir da totalidade da obra. Da mesma forma como a mônada leibniziana constitui a realidade material sem ser, ela mesma, matéria, a substância narrativa orienta a confecção do(s) texto(s) historiográfico(s) sem ser, ela mesma, um

Dessa forma, quando um tópico (um sujeito narrativo, na terminologia de Ankersmit) qualquer é selecionado por dois ou mais historiadores, cada encadeamento produzido difere de todos os demais, exatamente por conta da interferência das subjetividades em questão. Se dois historiadores escrevem sobre o Renascimento, pode-se falar num “Renascimento(A)” e num “Renascimento(B)”, ou seja, num “Renascimento como entendido em A” e num “Renascimento como entendido em B”. Mais uma vez, a representação histórica não é tratada como um procedimento transparente, uma cópia do devir histórico em si.

Construtivismo

Em sua análise do Narrativismo, afirma Kuukkanen que

nothing could (...) be clearer than that the narrativists reject the picture of copy theory of representation. The bad news is that we stand to lose a great deal in terms of historiographical epistemology. Namely, if the past was like the photographer's object waiting there to be immortalized in a representation, one could speak of discovering it and capturing it as it (really) is or was. (...) Unfortunately, there is no 'discovering' the past. A more appropriate metaphor here is that of 'construction'. (op. cit., p. 37. Grifos do autor)⁵

De fato, aquilo que pregam os filósofos narrativistas da História, como observado no segmento anterior, é que a representação do passado não é desinteressada, neutra ou objetiva em suas possibilidades e procedimentos. O devir histórico é muito mais construído do que descoberto⁶.

Kuukkanen enxerga três formas de encarar o Construtivismo como propugnado pelos narrativistas. Segundo o finlandês, tal fator pode ser analisado como um argumento sociológico, epistemológico ou mesmo metafísico.

A interpretação sociológica do Construtivismo é posta por Kuukkanen nos seguintes termos:

the past as a 'historical landscape' is not available to the historian, as mountains and seashores are for the cartographer. One cannot compare and model one's

elemento textual. Cf. Leibniz (2009) para as discussões sobre o pensamento monádico.

⁵ “Nada poderia (...) ser mais claro do que o fato de que os narrativistas rejeitam a teoria da imagem ou da cópia da representação. A má notícia é que temos muito a perder em termos de epistemologia historiográfica. A saber, se o passado era como o objeto do fotógrafo, esperando para ser immortalizado em uma representação, pode-se falar em descobri-lo e capturá-lo como ele (realmente) é ou foi. (...) Infelizmente, não há como ‘descobrir’ o passado. Uma metáfora mais apropriada aqui é a de ‘construção’.” Tradução minha.

⁶ A posição em questão é frequentemente mal interpretada. O construtivismo narrativista, ao menos em White e Ankersmit, não quer dizer que o estabelecimento de narrativas é arbitrário e definido em total alienação quanto ao passado (ou à sua evidência no presente), nem que simplesmente não existem critérios para decidir entre duas ou mais produções historiográficas (em inglês, uma atitude de *anything goes*). O argumento narrativista deve ser interpretado de forma menos radical, dando a entender que, *juntamente* ao processo de análise de evidências e tentos explicativos, há uma interferência do pesquisador, visto que este “encaixa” elementos apreendidos separadamente em enredos de maior abrangência, e não necessariamente as conexões postuladas na narrativa foram o caso na realidade histórica (ou, se foram, isso não se pode demonstrar conclusivamente).

representation to any tangible and observable object. For this reason, the historian has no other option but to construct a narratio in the most concrete terms. (...) I call this first reading of constructivism sociological in the sense that it relies on an (arguably correct) observation of the constructivist nature of historiographical practice. (op. cit., p. 37-8. Grifos do autor)⁷

Já a interpretação epistemológica do Construtivismo, relativa às possibilidades de conhecimento sobre o passado, é postulada por Kuukkanen da seguinte forma:

in White's theory, his famous four tropes (Metaphor, Metonymy, Synecdoche and Irony) assume the role of translation rules, which are culturally embedded in our way of making sense of the past. However, they do not reveal the true nature and shape of historical reality, but function like a Kantian 'transcendental deduction'; in this sense, the tropes are needed to make historical knowledge possible in the first place. Ankersmit commits to the same idea of the transcendental limit of historical knowing. The difference is that he is clearer that the translator; rules in this sense are not proper translation rules of the past at all. (ibidem, p. 39. Grifos do autor)⁸

Por fim, a interpretação metafísica do Construtivismo parte do princípio de que não há, no passado em si, uma estrutura narrativa. Assim sendo, segundo Kuukkanen, “there is nothing to tell and nothing to discover, even if we had the ‘access’ (acesso ao passado). The past only becomes narratively structured through the imagination and the hand of the historian” (ibidem, p. 40. Grifos meus)⁹.

Independentemente de como é interpretado, o Construtivismo pode ser enxergado como uma consequência do Representacionalismo anteriormente trabalhado. De fato, se o processo de representação do passado não é um ato “inocente”, entendem os narrativistas, deve haver ao menos um fator em dito procedimento que é construído pelo historiador em sua pesquisa, no lugar de diretamente encontrado ou inferido a partir do pretérito em si.

⁷ “O passado como uma ‘paisagem histórica’ não está disponível para o historiador, como montanhas e praias estão para o cartógrafo. Não se pode comparar e modelar a representação de alguém com qualquer objeto tangível e observável. Por esta razão, o historiador não tem outra opção senão construir uma narratio nos termos mais concretos. (...) Chamo essa primeira leitura do construtivismo de sociológica no sentido de que ela se baseia em uma observação (possivelmente correta) da natureza construtivista da prática historiográfica.”. Tradução minha.

⁸ “Na teoria de White, seus famosos quatro tropos (Metáfora, Metonímia, Sinédoque e Ironia) assumem o papel de regras de tradução, que estão culturalmente embutidas em nossa maneira de dar sentido ao passado. No entanto, eles não revelam a verdadeira natureza e forma da realidade histórica, mas funcionam como uma ‘dedução transcendental’ kantiana; nesse sentido, os tropos são necessários para tornar o conhecimento histórico possível em primeiro lugar. Ankersmit se compromete com a mesma ideia do limite transcendental do conhecimento histórico. A diferença é que ele é mais claro; as regras nesse sentido não são regras de tradução adequadas do passado.”. Tradução minha.

⁹ “Não há nada a contar e nada a descobrir, mesmo se tivéssemos o acesso. O passado somente se torna narrativamente estruturado pela imaginação e pela mão do historiador.”. Tradução minha.

Holismo

Se a representação historiográfica não é um procedimento transparente e se, como consequência disso, deve-se partir do princípio de que ao menos parte de uma obra finalizada é construída pelo historiador, segue-se, no pensamento narrativista, que é impossível compreender uma obra historiográfica sem analisá-la como um todo. Essa é a terceira categoria central à Filosofia Narrativista da História.

O argumento em questão coloca-se em oposição à Filosofia Crítica (Analítica) da História, muito influenciada pelos primeiros estágios da Filosofia da Linguagem no século XX. Para autores como Gardiner, Dray e Danto, a unidade fundamental de análise para uma obra historiográfica finalizada é a proposição. Em outras palavras, um livro pode ser visto como a soma de proposições individuais que têm como tema algum aspecto do passado histórico. Em vez disso, entende o Narrativismo que há algo na *narratio* que não pode ser reduzido à soma de afirmações particulares. Para ilustrar tal ponto, Ankersmit propõe um experimento mental.

Take a certain narratio N on (part of) the past, and number all of its sentences: 1, 2, 3, ... etc. Form the text T1 by arbitrarily changing the original order of the sentences; to preserve the truth of the individual sentences some relative and personal pronouns may have to be changed as well as some words indicating chronology like “then” (...). Let us suppose that this correction has taken place in T1. If, then, a narratio is nothing but a conjunction of sentences, there would be no reason to prefer N over T1. Of course this is not the case. (1983, p. 59. Grifos do autor)¹⁰

Kuukkanen enxerga três características fundamentais na categorial analítica de Holismo: a não possibilidade de decomposição da narrativa, a analiticidade de qualquer enredamento e a incorrigibilidade da narrativa. Para o autor, essas três características manifestam-se transversalmente nas obras de White e de Ankersmit.

A impossibilidade de decompor a narrativa acaba de ser exposta. Consiste na ideia de que há fatores irreduzíveis no encadeamento narrativo observado na Historiografia. Assim sendo, a unidade básica de compreensão para o Narrativismo não é a afirmação que compõe o texto, mas sim o próprio texto. Tal é o ponto porque, no entendimento da Filosofia Narrativista da História, a

¹⁰ “Considere uma certa narração N sobre (parte do) passado e numere todas as suas afirmações: 1, 2, 3, ... etc. Forme o texto T1 alterando arbitrariamente a ordem original das afirmações; para preservar a verdade das frases individuais, alguns pronomes relativos e pessoais podem ter que ser alterados, bem como algumas palavras que indicam cronologia como ‘então’ (...). Suponhamos que esta correção tenha ocorrido em T1. Se, então, uma *narratio* nada mais é do que uma conjunção de sentenças, não haveria razão para preferir N a T1. Evidentemente, esse não é o caso.”. Tradução minha.

“imagem” que se propõe do passado não pode ser encapsulada por uma proposição ou por um conjunto de proposições dentro do texto, mas sim somente pela obra como um todo¹¹.

Quanto à analiticidade e à incorrigibilidade das posições (*accounts*) sobre o passado, estas podem ser entendidas da seguinte forma: se cada representação do passado parte de atos subjetivos¹² que garantem que se possa falar, como no exemplo já providenciado, de um “Renascimento(A)” ou de um “Renascimento(B)”, o filósofo da História está autorizado a inferir que cada representação narrativa do passado é incorrigivelmente verdadeira. Isso ocorre porque os elementos supracitados fazem com que cada obra historiográfica possa referir-se tão somente a si mesma, porque nenhuma outra produção dentro do universo narrativo apresenta ou apresentará as mesmas características de uma narrativa particular A ou B. Fraseada de outra forma, a posição narrativista é de que toda posição (*account*) sobre o passado é incorrigivelmente verdadeira *em seus próprios termos*, e, portanto, que quaisquer conclusões alcançadas pelo processo investigativo são necessariamente derivadas das pressuposições e concessões inicialmente observadas na obra em questão.

Discutidas as três propostas fundamentais do Narrativismo, passa-se à discussão da relação estabelecida entre essa posição filosófica e o problema da referência. Aqui, como será visto, há nuances observáveis entre as posições de White e de Ankersmit (assim como entre fases distintas de cada um desses autores individualmente considerados). Contudo, há um transversal senso de que a referência como tradicionalmente entendida não é completamente aplicável à História.

Narrativismo e o argumento da referência

Uma das mais destacadas características do Narrativismo enquanto postura filosófica relativa à História é seu ceticismo com relação à capacidade deste campo disciplinar em referir-se ao devir pretérito do qual trata. Com efeito, autores como Hayden White e Frank Ankersmit opõem-se à ideia de que o discurso historiográfico logra individuar certos elementos da realidade de forma (mais ou menos) “objetiva¹³”.

O segmento que segue busca, pois, investigar os argumentos dos quais o Narrativismo lança mão para justificar as dificuldades postuladas no processo de referencialidade. Dois argumentos de White e dois de Ankersmit foram selecionados. Por parte do primeiro autor, sua argumentação

¹¹ De forma mais técnica, se uma narrativa exerce uma “dupla função” (descrever o passado e propor uma interpretação sobre ele), como querem os narrativistas, essa segunda característica pode ser apreendida apenas quando se analisa a historiografia no nível dos textos, encarados como um todo integrado. A primeira função, contudo, permanece sendo possível no nível das proposições individuais.

¹² Uma vez mais, ressalta-se que, no contexto do Narrativismo, “subjetividade” *não é* sinônimo de arbitrariedade.

¹³ Com esse termo, o que se pretende postular é a existência de um “quadro geral” (Strawson, op. cit.) que faz com que uma dita comunidade de falantes entenda o uso das mais variadas palavras de formas relativamente padronizadas.

relativa à prefiguração dos objetos da imaginação histórica por meio dos *tropoi* (encontrada, principalmente, em seu *Meta-História*) e sua distinção entre as categorias estéticas do belo e do sublime (desenvolvidas numa fase posterior do pensamento do estadunidense, em especial em seu *Content of the Form*) foram escolhidas. Quanto ao segundo, seu sistema de substâncias narrativas (elaborado, notoriamente, em seu *Narrative Logic*) e a díade referência/representação (posteriormente trabalhada em várias obras do neerlandês, como seu *Historical Representation* e seu *Meaning, Truth and Reference in Historical Representation*) foram selecionados.

O Hayden White que escreve *Meta-História* é profundamente influenciado pela linguística e pela antropologia de cunho estruturalista, encontrada em autores como Claude Lévi-Strauss e Noam Chomsky. Ademais, a teoria literária de Northrop Frye fez-se particularmente influente na produção whiteana desse período¹⁴. Contudo, outras categorizações sistemáticas fazem-se presentes nas análises desse íterim estruturalista¹⁵ de Hayden White. Suas análises quanto aos tipos de argumentação formal são retiradas da categorização de Stephen C. Pepper¹⁶, e suas categorias quanto à implicação ideológica do historiador quando de sua produção são inspiradas nas análises de Karl Mannheim¹⁷. Por último, seus escritos relativos à tropologia são fortemente influenciados pela produção intelectual de Louis Mink¹⁸.

Este último ponto é, talvez, o melhor caminho de análise para compreender o argumento da prefiguração. Mink, de fato, já havia elaborado um sistema explicativo de acordo com o qual existem modos de explicação. Em particular, o autor destaca três: o modo *teórico*, o modo *categorial* e o modo *configuracional*. Mink, então, identifica o primeiro desses modos com a explicação científica, o segundo com a explicação filosófica e o terceiro com a explicação histórica.

O modo configuracional, em Mink, caracteriza-se por sua proximidade às análises aristotélicas quanto ao princípio da *unidade de ação* ao longo da tragédia¹⁹. De fato, Mink coloca que

*Aristotle's observation that a play must have a beginning, a middle, and an end is not a trivially formal description but a corollary of his principle that a drama is an imitation of a single action, that is, that both action and mimesis must be capable of being understood as a single complex whole*²⁰. (op. cit., p. 548)

O autor continua, estendendo suas análises a campos que não a poética. Mink afirma:

the phenomenon of grasping things together is not limited (...) to the temporal arts.

¹⁴ Cf. Frye (op. cit.).

¹⁵ No mínimo, pode-se dizer dessa fase da produção whiteana que é “estruturalmente orientada”.

¹⁶ Cf. Pepper (1970). White menciona a influência de Pepper em White (2019, p. 28-29).

¹⁷ Cf. Mannheim (1954). White menciona dita influência em White (2019, p. 37).

¹⁸ Cf. Mink (1970).

¹⁹ Cf. Aristóteles (2017).

²⁰ “A observação de Aristóteles de que uma peça deve ter começo, meio e fim não é uma descrição trivialmente formal, mas um corolário de seu princípio de que um drama é uma imitação de uma única ação, isto é, que tanto a ação quanto a mimese devem ser capazes de ser entendido como um todo único e complexo.”. Tradução minha.

Consider logical inference, as represented in the following simple argument: All creatures are mortal; all men are creatures; all Athenian citizens are men; Socrates is an Athenian citizen; hence Socrates is mortal. Now suppose that we infer from the first two premises that all men are mortal, and then destroy our notes and forget the premises; and similarly with the premises which yield intermediate conclusions and again with these when the final conclusion has been drawn. This is analogous to the addition of a column of figures, forgetting the earlier figures with each sub-total, and also to every more complex instance of mathematical inference. In such hypothetical cases it is clear that we have lost the special quality of understanding the conclusion as following from the premises²¹. (idem)

Então, conclui,

in all of these instances, and in indefinitely many more, there thus seems to be a characteristic kind of understanding which consists in thinking together in a single act, or in a cumulative series of acts, the complicated relationships of parts which can be experienced only seriatim. I propose to call this act (for obvious etymological reasons) "comprehension"²². (idem)

O que especifica definitivamente o modo de compreensão configuracional, então, é sua qualidade de relacionar particulares entre si²³, configurando-os de forma mais ou menos harmônica. Mink, contudo, não admite (ao menos não parece admitir) a possibilidade de entrecruzar os três modos de compreensão no mesmo texto. É exatamente este o salto dado por Hayden White em seus estudos.

Para White, os três modos de compreensão manifestam-se conjuntamente em qualquer produção textual analisada. O que o crítico literário busca defender é que, diante do ato de enredamento (*emplotment*), uma argumentação formal é introduzida à organização do material, uma implicação ideológica é posta diante das escolhas de enredo feitas pelo historiador e, evidentemente, o próprio ato de colocar o material bruto em enredo faz-se presente. O historiador promove, de uma só vez, todos os modos de compreensão delineados por Mink, e seu enredo final é a manifestação desse

²¹ “O fenômeno da apreensão das coisas não se limita (...) às artes temporais. Considere a inferência lógica, conforme representada no seguinte argumento simples: Todas as criaturas são mortais; todos os homens são criaturas; todos os cidadãos atenienses são homens; Sócrates é cidadão ateniense; portanto, Sócrates é mortal. Suponhamos agora que inferimos das duas primeiras premissas que todos os homens são mortais e depois destruímos as nossas notas e esquecemos as premissas; e da mesma forma com as premissas que produzem conclusões intermediárias e novamente com estas quando a conclusão final tiver sido tirada. Isto é análogo à adição de uma coluna de números, esquecendo os números anteriores com cada subtotal, e também a cada instância mais complexa de inferência matemática. Em tais casos hipotéticos, é claro que perdemos a qualidade especial de compreender a conclusão como decorrente das premissas.”. Tradução minha.

²² “Em todos esses casos, e indefinidamente em muitos mais, parece haver um tipo característico de compreensão que consiste em pensar juntos, num único ato, ou numa série cumulativa de atos, as complicadas relações de partes que só podem ser experimentadas em série. Proponho chamar este ato (por razões etimológicas óbvias) de ‘compreensão’.”. Tradução minha.

²³ O modo teórico, segundo Mink, opera relacionando universais a particulares, enquanto que o modo categorial relaciona universais entre si.

conjunto de posicionamentos. Resumidamente, “in historical narrative, plot ‘explains’ not the events in the story but the story itself, by identifying it as a certain *kind* of story²⁴.” (2010, p. 116. Grifos do autor).

Aqui, tem-se a principal chave para o entendimento da posição de White quanto à produção historiográfica, enxergada enquanto “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (2019, p. 11). O ato de enredar um determinado conjunto de fontes históricas numa narrativa consiste em imbuir o material bruto com o qual se trabalha com determinados modos de compreensão evocados pelo autor. Esses modos consistem numa argumentação formal (mecanicista, organicista, contextualista ou formista), numa ideologia (conservadora, liberal, radical ou anarquista) e numa escolha específica de enredo (cômico, trágico, satírico ou romanesco). Por sua vez, esses modos de compreensão trazidos à baila pelo historiador advêm de dois fatores principais: 1) a historicidade específica dentro da qual o autor escreve e 2) sua experiência individual dentro desse mundo histórica e sociologicamente delimitado. É dentro das possibilidades abertas por esses dois fatores que se desenvolvem as combinações tidas como pertinentes ou não, e são essas possibilidades que limitam o escopo daquilo que o historiador pode produzir.

Existe, portanto, uma *prefiguração* do enredo. Em outras palavras, a partir da historicidade de seu mundo e de sua experiência individual nesse contexto, o historiador, enquanto agente temporal e espacialmente delimitado, torna-se mais ou menos propenso a organizar conjuntamente (*grasping together*) os elementos da realidade de certas formas. Para a pesquisa e a produção do conhecimento, essa situação significa que há um processo segundo o qual os elementos da realidade sob análise serão acriticamente imaginados sob uma das possibilidades dessa ótica histórica e sociologicamente construída. Nas palavras de White,

as histórias (e filosofias da história também) combinam certa quantidade de “dados”, conceitos teóricos para “explicar” esses dados e uma estrutura narrativa que os apresenta como um ícone de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos em tempos passados. Além disso, digo eu, eles comportam um conteúdo estrutural profundo que é em geral poético e, especificamente, linguístico em sua natureza, e que faz as vezes dos paradigma pré-criticamente aceito daquilo que deve ser uma explicação eminentemente “histórica”. Esse paradigma funciona como o elemento “meta-histórico” em todos os trabalhos históricos que são mais abrangentes em sua amplitude do que a monografia ou o informe de arquivo. (2019, p. 11)

No que concerne às discussões sobre a referencialidade, o que White defende (nesse estágio de sua produção intelectual) é, pois, que qualquer referência “direta” (nos termos já desenvolvidos) aos acontecimentos do devir é impossibilitada por essa “blindagem” em que consiste a prefiguração.

²⁴ “Na narrativa histórica, o enredo ‘explica’ não os eventos da história, mas a própria história, identificando-a como um certo tipo de história.”. Tradução minha.

Ser capaz de imaginar um evento histórico como parte de uma trama (*plot*) já é permitido tão somente dentro das parcialidades da prefiguração segundo a poética vigente em um ou outro sistema social determinado. Não há, portanto, uma referência imediata para termos como “Revolução Russa” ou “Renascimento”, da forma como há para termos como “cachorro” ou “cadeira”, no pensamento whiteano em sua fase estruturalista.

Posteriormente à publicação de seu *Meta-História*, Hayden White distancia-se das argumentações dessa matriz. Sua posição filosófica quanto às produções historiográficas aproxima-se gradualmente de reflexões mais profundamente inspiradas pela teoria estética, de cunho menos sistemático. Em particular, a distinção, traçada por Kant²⁵, entre o *belo* e o *sublime* começa a interessar o autor estadunidense com alguma intensidade. Uma nova forma de enxergar a questão da referencialidade (assim como outras muitas) passa a vigor em White. O próximo segmento tratará dessa nova fase do pensamento whiteano.

Em seu *The Content of the Form* (1987), Hayden White demonstra um afastamento da rigidez de observada no segmento anterior, segundo a qual cada trabalho no campo disciplinar da História (ou de qualquer outro campo pertencente às Humanidades) pode ser enquadrado numa combinação específica de três eixos (argumentação formal, encadeamento do enredo e implicação ideológica), cada qual representado por quatro elementos²⁶. Na nova fase intelectual do autor, sua preocupação passa a ser entender a forma como modelos políticos e sociais afetam as formas de representação do passado histórico de que lançam mão os historiadores. Para tanto, inicialmente, White analisa um exemplar de anais medievais.

(...) for the period 709-34, we have the following entries: 709. Hard winter. Duke Gottfried died. / 710. Hard year and deficient in crops. / 711. / 712. Flood everywhere. / 713. / 714. Pippin, mayor of the palace, died. / 715. / 716. / 717. / 718. Charles devastated the Saxon with great destruction. / 719. / 720. Charles fought against the Saxons. / 721. Theudo drove the Saracens out of Aquitaine. / 722. Great crops. / 723. / 724. / 725. Saracens came for the first time. / 726. / 727. / 728. / 729. / 730. / 731. Blessed Bede, the presbyter, died. / 732. Charles fought against the Saracens at Poitiers on Saturday. / 733. / 734.²⁷ (1987, p. 6-7)

²⁵ Cf. Kant (2018).

²⁶ White chega a sugerir que nem todas as combinações possíveis são benéficas ou prováveis para a análise dos elementos do pretérito. Contudo, no mesmo fôlego, o autor sugere que o brilhantismo dos maiores pensadores na história da Historiografia deu-se, precisamente, por fazer ditas combinações improváveis funcionarem. De toda forma, White defende que o limite do conhecimento do passado é o limite das combinações possíveis entre os doze elementos explicitados. Cf. White (2019, p. 43-45).

²⁷ “(...) para o período 709-34, temos os seguintes registros: 709. Inverno rigoroso. O duque Gottfried morreu. / 710. Ano difícil e deficiente em colheitas. / 711. / 712. Inundações por toda parte. / 713. / 714. Pippin, prefeito do palácio, morreu. / 715. / 716. / 717. / 718. Carlos devastou os saxões com grande destruição. / 719. / 720. Carlos lutou contra os saxões. / 721. Teúdo expulsou os sarracenos da Aquitânia. / 722. Ótimas colheitas. / 723. / 724. / 725. Os sarracenos vieram pela primeira vez. / 726. / 727. / 728. / 729. / 730. / 731. O beato Beda, o presbítero, morreu. / 732. Carlos lutou contra os sarracenos em Poitiers no sábado. / 733. / 734.”. Tradução minha.

White nota a desconexão aparente entre os eventos relatados. De fato, argumenta o estadunidense, não há exatamente um senso de narrativa no relato exposto. Cada passagem parece “solta” dentro do contexto geral do documento, e não há um encerramento (*closure*) propriamente dito para os anais. De fato, muitos dos anos colocados (a exemplo de 719, 720, 723 e 724) são postos como se nada tivesse ocorrido, o que aumenta o sentido de desorientação que um leitor moderno pode ter ao deparar-se com um documento dessa sorte.

White, contudo, nota algo particularmente interessante em sua análise do material acima exposto. Sua análise perpassa uma tentativa de, como supracitado, atrelar o tipo de registro produzido por um grupamento humano à gama de experiências coletivas e de estruturas sociais e políticas que podem ser observadas no seio do modo de vida de dito grupamento. No caso dos anais, o parágrafo seguinte à sua exposição assim começa:

this list immediately locates us in a culture hovering on the brink of dissolution, a society of radical scarcity, a world of human groups threatened by death, devastation, flood and famine. All of the events are extreme, and the implicit criterion for selecting them for remembrance is their liminal nature. Basic need - food, security from external enemies, political and military leadership - and the threat of their not being provided are the subjects of concern; but the connection between basic needs and the conditions for their possible satisfaction is not explicitly commented on²⁸. (ibidem, p. 7)

White, assim, atrela fortemente a forma de representação aos fatores que influíam sobre o modo de vida dos homens e mulheres do oitavo século d.C. Seu argumento é que, num mundo caracterizado, como a passagem supracitada explicita, por escassez de todas as sortes, por inseguranças em todas as mais cruciais áreas da atividade humana, por uma instabilidade generalizada e por um senso de ausência de controle sobre o que quer que seja, o mundo humano pode parecer ao escriba tão misterioso e etéreo quando a própria natureza, a cujos ditames o homem medieval ainda estava plenamente sujeito. A desconexão aparente na forma representativa dos anais é, meramente, um reflexo do senso de descontrole e insegurança generalizados, que dominavam muito da experiência espacial e temporal do homem da Idade Média.

A questão para White, então, pode ser colocada nos seguintes termos: cada grupamento humano, ao longo de todo o devir, desenvolveu formas de representar escrituralmente os eventos que observou. Essas formas representativas estão intrinsecamente relacionadas com as formas de

²⁸ “Esta lista situa-nos imediatamente numa cultura à beira da dissolução, numa sociedade de escassez radical, num mundo de grupos humanos ameaçados pela morte, devastação, inundações e fome. Todos os eventos são extremos, e o critério implícito para selecioná-los para recordação é a sua natureza liminar. As necessidades básicas – alimentação, segurança contra inimigos externos, liderança política e militar – e a ameaça de não serem satisfeitas são temas de preocupação; mas a ligação entre as necessidades básicas e as condições para a sua possível satisfação não é explicitamente comentada.”. Tradução minha.

experienciar o mundo dos povos que registram seus acontecimentos, e estas, por sua vez, podem ser derivadas (com maior ou menor intensidade) da organização política dos povos, de suas interações com o mundo natural e com outras comunidades humanas, assim como de outros inumeráveis fatores dessa sorte. Contudo, o resultado final desse processo ainda é uma forma literária específica, que acaba por limitar de uma forma ou de outra as interpretações possíveis no que concerne ao devir histórico e aos acontecimentos humanos como um todo. Em outras palavras, cada *forma* literária tem um *conteúdo* delimitado pelo contexto de sua produção e pelas possibilidades interpretativas que abre. O título da obra de White é, assim, justificado.

Duas díades devem ser destrinchadas para um melhor entendimento das questões trazidas à baila por White: aquela do *belo/sublime* e aquela do *evento/fato*. A partir dessas exposições, o tratamento dado pelo autor em sua fase intelectual posterior à publicação de *Meta-História* ao problema da referencialidade pode ser mais claramente desenvolvido.

Sobre o belo e o sublime, diz Kant²⁹ que

O sentimento refinado, que ora queremos considerar, é sobretudo de dupla espécie: o sentimento do sublime e do belo. A comoção produzida por ambos é agradável, mas segundo maneiras bem diferentes. A vista de uma cordilheira, cujos cumes nevados se elevam acima das nuvens, a descrição de uma tempestade furiosa ou a caracterização do inferno, em Milton, provocam satisfação, porém com assombro; em contrapartida, a vista de um prado florido, vales com regatos sinuosos, com rebanhos pastando, a descrição do Elísio, ou o que conta Homero do cinturão de Vênus, também despertam uma sensação agradável, que porém é alegre e jovial. Assim, para que aquela primeira impressão possa se produzir em nós com a devida intensidade, precisamos ter um sentimento do sublime; e, para bem desfrutar corretamente da última, de um sentimento do belo. (op. cit., p. 32-33)

Vê-se, portanto, que o sentimento do belo relaciona-se com um senso de ordem e de harmonia, enquanto que o assombro gerado pelo sentimento do sublime encontra-se precisamente na ausência desses elementos. White parte da díade traçada por Kant para argumentar que relatos como os anais medievais são formalmente “desconexos” por partirem de um sentimento *sublime* em relação ao material que representam, enquanto que narrativas contemporâneas, marcadas por uma forma fechada (uma forma em que se observa o *closure* acima comentado), por uma continuidade do tema central da obra e por outros elementos de ordem, partem de um sentimento do *belo* com relação àquilo que narram.

Quanto à díade traçada por White entre o *evento* e o *fato*, esta já foi desenvolvida com alguma profundidade em segmentos anteriores³⁰. Essencialmente, a distinção pode ser colocada nos

²⁹ É essencial reiterar que os conceitos em questão na análise whiteana são inspirados pela categorização de Kant.

³⁰ Introdução ao capítulo 2, em especial a nota de rodapé de número 8.

seguintes termos: evento é o conceito utilizado por White para tratar dos elementos encontrados no próprio devir histórico, a exemplo do nascimento de Napoleão Bonaparte ou do assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, do Império Austro-Húngaro. Fato, por outro lado, é o termo de que se vale White para designar um ponto constituinte de uma narrativa sobre o passado. Nota-se que, aqui, não necessariamente se pode dizer que o fato existe no próprio devir histórico, uma vez que, como sempre é importante destacar, o Narrativismo como um todo parte do princípio de que narrativas operacionalizam eventos segundo a imaginação criativa (e especificamente literária) do historiador³¹.

Nota-se uma isomorfia curiosa entre as duas díades traçadas. O evento, enquanto elemento constituinte do devir histórico em si, é compreendido sob o signo do sublime, uma vez que está perpetuamente fora dos tentos de organização e de harmonização do historiador. O fato, por outro lado, enquanto elemento constituinte de uma narrativa sobre o passado, encontra-se no campo do belo, uma vez que o historiador tem controle sobre a narrativa que produz, e pode encadear sua argumentação de forma a conferir ordem aos fatos que postula (uma ordem da qual, como argumentam os narrativistas, nunca se pode dizer que existe no passado em si).

Este é o cerne da postura filosófica de White em sua fase pós-Meta-História: o salto entre evento e fato é idêntico ao salto entre sublime e belo, e dita passagem é conduzida pela transfiguração de um amálgama de dados históricos numa narrativa formalmente coesa³². O problema com dito processo, aos olhos de White, é que a narrativa faz o material histórico ganhar em coerência formal e completude (*closure*) expositiva, mas também o faz perder em valor epistemológico, porque a forma representativa 1) não é originada por fatores relativos ao conhecimento em si, mas, como já visto, a elementos políticos e sociais externos à produção do conhecimento e 2) tem seu próprio conteúdo, uma vez que limita, como supracitado, as possibilidades interpretativas sobre o passado.

A referencialidade, então, fica reduzida às escolhas, política, social e moralmente orientadas, de formas representativas sobre o passado, conduzidas no seio de coletividades humanas historicamente localizáveis. A característica central da lógica referencial, individuar elementos da realidade de forma mais ou menos objetiva, é, outra vez, obstaculizada pela forma representativa preferida por agentes humanos, e cada categoria analítica de que lança mão uma narrativa faz sentido tão somente dentro daquela forma de representação e, em última instância, dentro daqueles moldes políticos e sociais.

White colocou-se entre os mais influentes filósofos da História no século XX por meio das reflexões das quais o presente texto tratou. Contudo, o Narrativismo não se limita às produções

³¹ O que, nunca é demais destacar, *não significa* que narrativas sobre o passado são completamente arbitrárias.

³² Sobre os problemas decorrentes do enredamento, é útil consultar a coleção de ensaios de White intitulada *Figural Realism* (2019).

intelectuais do estadunidense. Como já trabalhado, pode-se colocar ao menos mais um pensador entre as figuras de profunda e ampla contribuição à Filosofia da História: o holandês Frank Ankersmit. Os dois próximos segmentos tratarão de sua obra.

a produção intelectual de Ankersmit caracteriza-se por um teor consideravelmente mais filosoficamente carregado do que as argumentações de White. Outrossim, as influências intelectuais de Ankersmit fizeram-se, principalmente, por meio da Filosofia Analítica da primeira metade do século XX (Quine, Frege e Wittgenstein em particular), assim como por meio do pensamento monádico leibniziano, cujo peso na produção do neerlandês já foi discutido. Dentro das reflexões expostas no celebrado *Narrative Logic* (1983), uma categoria analítica faz-se particularmente importante: aquela de substância narrativa (frequentemente simbolizada como “Ns”).

Para compreender a natureza de dita categoria, assim como para avaliar sua influência sobre a questão da referencialidade em Ankersmit, é preciso situar as argumentações do holandês num plano de fundo ainda profundamente protagonizado por abordagens, no antro da Filosofia da Linguagem, centradas na ideia de proposições individuais. Com efeito, a Filosofia Crítica da História caracterizava-se por sua tentativa de transferir as estratégias de análise proposicionalmente orientadas para o campo da História. Em *Narrative Logic*, Ankersmit denomina o conjunto de filósofos que defendiam tal posição “realistas narrativos”. Assim manifesta-se o autor:

the narrativist philosopher who does not venture to abandon the concepts “the truth (or falsity) of a narratio” (...) is deluded by an idée fixe: that of the statement. True statements correspond to extra-linguistic reality in a way defined by the meaning and the reference of the statement; likewise the defender of the concept “the truth (or falsity) of the narratio” expects some kind of correspondence to exist between the content of the narratio and the historical reality depicted in it³³. (p. 79)

O argumento de Ankersmit é direto: pensar a narrativa historiográfica como algo que corresponde³⁴ a algum elemento do passado histórico é um processo necessariamente atado ao ato de pensá-la como um conjunto de afirmações individuais, cada qual com seu significado e referência, de forma que, somando-se os valores de verdade de todas as proposições individuais na narratio, ter-se-á o valor de verdade da *narratio* como um todo. A abordagem é denominada

³³ “O filósofo narrativista que não se atreve a abandonar os conceitos de “verdade (ou falsidade) de uma narratio” (...) é iludido por uma ideia fixa: a do enunciado. Os enunciados verdadeiros correspondem à realidade extralinguística de uma forma definida pelo significado e pela referência do enunciado; da mesma forma, o defensor do conceito “a verdade (ou falsidade) da narratio” espera que exista algum tipo de correspondência entre o conteúdo da narratio e a realidade histórica nele retratada.”. Tradução minha.

³⁴ O termo “corresponder”, como aqui colocado, deve ser interpretado como denotando a chamada “teoria da correspondência da verdade”, segundo a qual uma afirmação A qualquer é verdadeira se existe um estado de coisas E, externo ao sujeito que fala, de forma que A reproduz, via mecanismos linguísticos, a estrutura de E. Por exemplo, se digo “o livro está em cima da mesa” e existem, no mundo externo, um livro e uma mesa de forma que aquele está, de fato, sobre esta, pode-se dizer que minha afirmação é verdadeira porque corresponde ao estado de coisas real.

“realista” por Ankersmit pois parte (acriticamente em alguma medida, de acordo com o holandês) do princípio de que há um passado histórico “fixo”, esperando para ser descrito por algum conjunto de afirmações. A pressuposição que sublinha dito argumento é a de que o passado apresenta o mesmo estatuto ontológico do mundo externo presente, descrito, este sim, por proposições individuais como “o gato está sobre a cama” ou “há uma cadeira neste quarto”. Contudo, Ankersmit está disposto a defender, a teoria da correspondência não se aplica ao passado histórico³⁵.

A impossibilidade de reduzir uma narratio à soma de suas afirmações individuais para fins de análise lógica implica, aos olhos de Ankersmit, que a unidade fundamental de análise para a Filosofia da História não pode ser outra que não a própria narratio, encarada como um todo que assume um estatuto lógico distinto de suas afirmações individuais. Em outras palavras, quando inúmeras proposições são agrupadas de forma coerente e coesa, com o objetivo de descrever alguma parte do passado, dá-se origem a uma nova entidade lógica, a qual não mais pode ser analisada de acordo com as teses tradicionais da Filosofia da Linguagem.

É nesse contexto argumentativo que surge uma crucial distinção traçada por Ankersmit: aquela entre *sujeitos narrativos* e *substâncias narrativas*. O primeiro destes conceitos, para o holandês, é típico de proposições individuais e, portanto, da abordagem narrativamente realista do texto historiográfico. Afirmações singulares como “Robespierre foi uma figura de liderança para os jacobinos” apresentam um sujeito narrativo (nesse caso Robespierre) do qual algo é predicado (nesse caso, o que é predicado é que Robespierre fora uma figura de liderança para um grupo específico). Cada proposição individual apresenta um sujeito narrativo. Contudo, como supracitado, o texto como um todo, uma vez compilado, passa a constituir uma nova variável lógica, tornando obsoleta a análise em termos de sujeitos narrativos. Aqui, então, não se pode mais falar em um sujeito narrativo para a narratio como um todo, sendo necessária uma nova categoria. Surge, assim, a substância narrativa.

Para entendê-la, é necessário pontuar que a narratio, vista como um todo, não busca tão somente predicar algo de alguma entidade bem definida, como pretendem proposições individuais. Em verdade, um texto completo exerce, no pensamento de Ankersmit, uma dupla função: descreve alguma parte do passado e oferece uma interpretação destes recortes que descreve. Os dois processos são simultâneos, inseparáveis e indiscerníveis no texto, o que leva Ankersmit a afirmar, em seu *History and Tropology*, que “narrative interpretations are Gestalts³⁶” (p. 37). Uma

³⁵ A posição em questão é, de certa forma, relativamente elementar. De fato, o passado histórico é findo e irrepitível, o que faz com que este não possa ser diretamente comparado a qualquer afirmação sobre ele, como pretendiam os filósofos críticos da História. Da mesma forma, é impossível “emular uma Revolução Francesa” em laboratório, uma vez que, como já dito, eventos históricos são irrepitíveis. Contudo, o argumento de Ankersmit não para com dita constatação.

³⁶ “Interpretações narrativas são Gestalts.”. Tradução minha.

substância narrativa é, precisamente, a entidade derivável desse duplo procedimento de descrição e interpretação do passado.

Embora substâncias narrativas não sejam entidades linguísticas, estas podem receber um nome. Ankersmit argumenta que, quando um historiador se vale de um termo como “Renascimento”, o que realmente está ocorrendo é a nomeação de uma substância narrativa. Esta, então, será gradualmente caracterizada conforme a narratio se desenvolve, uma vez que os elementos de uma substância narrativa são as afirmações individuais produzidas em seu seio. A noção completa³⁷ de uma Ns, então, é completamente postulada apenas quando o texto historiográfico é finalizado. Aqui, argumenta Ankersmit, não existem distinções do tipo “esta afirmação A1 é essencial para compreender a substância narrativa Ns1, mas aquela outra afirmação A2 não o é”. Todas as afirmações individuais são elementos da substância narrativa que orienta a escrita do trabalho em que estas são encontradas, e a identidade de uma Ns qualquer pode ser descrita apenas pela soma total das afirmações que um determinado texto apresenta.

A consequência lógica desse processo é a atomização completa de cada Ns no plano geral daquilo que Ankersmit chama de “universo narrativo”. Afinal, se cada substância narrativa pode ser identificada *tão somente* pela soma total de suas afirmações individuais, duas substâncias narrativas podem ser iguais apenas se uma apresenta todas as afirmações que a outra contém, e *nenhuma* outra. Contudo, nesse caso, ter-se-ia a mesma Ns da qual se partiu, e não duas distintas. Assim, cada Ns é um “átomo narrativo”, necessariamente idêntico apenas a si mesma. Duas Nss podem apresentar o mesmo nome (e.g. dois historiadores que escrevem sobre “a Revolução Russa”), mas não são idênticas por conta disso (dado que os historiadores A e B sempre divergirão com relação à totalidade do que afirmam sobre aquilo que descrevem, pode-se falar, em última instância, numa “Revolução Russa [A]” e numa “Revolução Russa [B]”).

Para as discussões sobre a referencialidade, a lógica narrativa proposta por Ankersmit nessa fase de seu pensamento assim se desenvolve: dado que é impossível que um texto historiográfico não apresente uma Ns (sempre há um elemento interpretativo, por conta da impossibilidade de estabelecer-se uma teoria da correspondência para a Historiografia) e que cada Ns é um átomo narrativo que não dialoga com outras Nss no universo narrativo (apesar de poder apresentar algumas afirmações individuais em comum, não se pode falar exatamente num diálogo. Se uma Ns1 e uma Ns2 contêm a mesma afirmação individual A, não há diálogo pois a afirmação é a mesma para as duas, e, se uma das duas não contém A, não pode haver diálogo da mesma forma), cada narratio refere-se tão somente a si mesma. É verdade que uma narratio qualquer é capaz de selecionar

³⁷ Conceito extraído de Leibniz. A noção completa de uma entidade E qualquer, em Leibniz, dá-se pela soma de todas as afirmações verdadeiras que têm E como sujeito gramatical. Da mesma forma, buscar argumentar Ankersmit, a Ns é identificada pela soma das afirmações que contém.

unicamente um elemento do passado, mas tal processo nunca dá-se por meio de um quadro “objetivo”, uma vez que a Ns logra tão somente individuar uma entidade “em seus próprios termos³⁸”. Assim, não se pode falar em referência para uma narratio, nos termos que o presente estudo postula o conceito.

Com suas obras posteriores, Ankersmit afasta-se da noção agora trabalhada. No lugar de pensar em termos de sujeitos e substâncias narrativas, o holandês, tal qual White, aproxima-se de uma teoria estética mais explicitamente postulada. Contudo, como ver-se-á, as dificuldades relativas à referencialidade não abandonam Ankersmit em sua nova fase intelectual.

A partir dos anos 90, Ankersmit principia a alterar, em alguma medida, os rumos de suas reflexões a respeito da escrita da História e dos problemas dela derivados. Como já explicitado, há uma “guinada estética” na produção intelectual do holandês, que passa a pensar os processos cognitivos, lógicos e mesmo políticos do fazer historiográfico em termos de uma concepção distinta daquela de *Narrative Logic*. A categoria analítica de que o autor se vale em suas novas empreitadas é o de *representação*. Aos olhos do neerlandês, dito conceito distancia-se da referência tal como discutida no presente capítulo.

Para entender em que medida a categoria de representação diferencia-se daquela de referência, Ankersmit reflete sobre a forma mais comumente observada em proposições individuais. Manifestamente, argumenta o autor, uma proposição tem como forma geral uma estrutura como “A é ϕ ”, onde “A” refere-se a alguma coisa no mundo (isto é, identifica-a unicamente por meio de um nome ou descrição definidora, como já explicitado) e “ ϕ ” atribui a A alguma característica, estado ou qualquer outro elemento. Resumidamente, existe, na proposição individual, um ato de referência e um ato de predicção. É central para as discussões que seguem entender que Ankersmit postula serem perfeitamente identificáveis a parte que se refere a algo e a parte que atribui à entidade identificada alguma coisa. Os atos referencial e atributivo são, na proposição, perfeitamente discerníveis um do outro. Segundo as análises do autor, a capacidade de identificar unicamente algum item da realidade, e de fazê-lo de forma claramente distinta daquilo que se atribui ao elemento identificado, é a base para ser possível falar em verdade/falsidade de proposições. Nas palavras de Ankersmit,

(...) the logical form of the true statement (or description) implies a specific ontology: the ontology of a world made up of identifiable unique objects, to which we can ascribe certain properties using the predicates of true statements whose subject terms refer to those objects. (...) Existence derives from truth and falsity; and reality is what our true statements, either singular or universal, are true of³⁹. (2012, p. 65)

³⁸ Como discutido no capítulo anterior, uma característica da narratio para Ankersmit é que esta é sempre analiticamente verdadeira, pois sempre pode ser derivada necessariamente das premissas estabelecidas pelo texto.

³⁹ “A forma lógica da afirmação (ou descrição) verdadeira implica uma ontologia específica: a ontologia de um mundo feito

Contudo, nota Ankersmit, uma análise de outras formas comunicativas indica que nem sempre é possível individuar precisamente o ato referencial e o ato atributivo. Escreve o holandês:

think of painting - more specifically, of a painted portrait representing a person. In a portrait one cannot distinguish between spots of paint that exclusively refer and other spots of paint that exclusively attribute certain properties to the sitter. The distinction makes no sense in the case of portrait painting. Thus pictorial representation is essentially different from description, considered from a logical point of view⁴⁰. (ibidem, p. 66)

Muito do argumento que Ankersmit defende parte da premissa de que o texto historiográfico, em sua completude, localiza-se numa modalidade lógica no mínimo muito próxima àquela da pintura. Isso implica reconhecer que, ao analisar um texto completo, não se pode diferenciar clara e precisamente quais partes do trabalho referem-se ao passado histórico e quais atribuem características específicas ao devir. A tese geral de Ankersmit é que a linguagem do historiador se aproxima em grande medida da metáfora, uma vez que apresenta, simultaneamente, um elemento descritivo e um elemento interpretativo daquilo sobre o que fala⁴¹. Semelhante “teor metafórico” garante, exatamente, essa “confusão” entre o ato identificador e o ato atributivo no discurso do historiador sobre o passado, uma vez que é impossível identificar aquilo de que o autor fala sem levar em conta a interpretação particular dentro da qual se enquadra sua obra. Uma categoria analítica particularmente importante deve ser introduzida para a continuidade da presente análise: a de *aspecto*.

Em seu *Representação e Referência*, Ankersmit desenvolve o seguinte raciocínio:

vamos agora tomar um conjunto de fotos feitas de uma única e mesma pessoa de diferentes perspectivas. Mais uma vez, num primeiro olhar, diríamos que em cada imagem “o representado” é o mesmo - a pessoa de quem as fotos foram feitas. Mas isso seria incorreto, pois isso não faz justiça ao fato de que em uma foto o perfil dessa pessoa é (o) representado; em outra, suas costas, e assim por diante. Então, dizer que em cada caso existe apenas um único (a pessoa em questão) não é simplesmente falso, mas sim parte de toda a verdade, e, desta forma, a afirmação seria enganosa. O

de objetos únicos identificáveis, aos quais podemos atribuir certas propriedades usando os predicados de afirmações verdadeiras cujos termos sujeitos se referem a esses objetos. (...) A existência deriva da verdade e da falsidade; e a realidade é aquilo sobre o que nossas afirmações verdadeiras, sejam singulares ou universais, são verdadeiras.”. Tradução minha.

⁴⁰ “Pense numa pintura - mais especificamente, em um retrato pintado representando uma pessoa. Num retrato não se pode distinguir entre manchas de tinta que referem-se exclusivamente e outras manchas de tinta que atribuem exclusivamente certas propriedades ao modelo. A distinção não faz sentido no caso da pintura de retratos. Assim, a representação pictórica é essencialmente diferente da descrição, considerada de um ponto de vista lógico.”. Tradução minha.

⁴¹ Cf. Black (1962), Davidson (1978) e Danto (2011) para as discussões específicas sobre a linguagem metafórica sobre a qual Ankersmit discorre. O presente estudo não se debruçará longamente sobre tais discussões, dado o recorte escolhido para a análise.

enunciado é uma elipse para a afirmação correta de que o representado por esta foto é o perfil da pessoa, enquanto que o representado daquela fotografia são suas costas, e assim por diante. (p. 190. Grifos do autor)

Assim, Ankersmit chega à categoria de aspecto. Dito fator é descrito pelo autor como mais do que uma propriedade de um objeto qualquer, porém menos do que o próprio objeto. Fraseamentos como “o centro de gravidade da tábua T” ou “o pagador médio de impostos” caem sob a definição proposta de aspecto, uma vez que são noções às quais não necessariamente correspondem elementos da realidade. Não se pode afirmar de uma molécula ou átomo específico que é o centro de gravidade da tábua T, e, da mesma forma, não se pode dizer de nenhum indivíduo que é o pagador médio de impostos, nem mesmo se a pessoa em questão paga exatamente o valor atribuído a tal pagador médio. Aspectos são, assim, fatores responsáveis por organizar a experiência humana de certas formas, embora não tenham (não necessariamente, ao menos) uma referência clara. Conclui Ankersmit que

representation has its own represented, as defined or suggested by the representation. That is my main claim (...) the thesis that what a representation represents (e.g., Napoleon) must strictly be distinguished from a representation's represented (e.g., some aspect of Napoleon). It follows that representation is not, as we at first sight may be inclined to believe, a two-place, but a three-place operator. We do have - firstly - (an) object(s) in reality (for example, Napoleon) and secondly representations of this (or these) object(s). But, thirdly, each representation drags along with itself its own represented, just as we are all accompanied by our own shadow on a sunny day. And the line running from objects in reality to a representation is far thinner and far more insecure than the one connecting a representation to its represented⁴². (2010, p. 40)

A natureza da representação (dentro da qual, como já visto, Ankersmit coloca a produção historiográfica) como “um operador de três lugares”, o representado, a representação e o aspecto, garante que, em última instância, o tema de qualquer trabalho no campo da Historiografia seja o aspecto sob o qual o devir (ou alguma parte específica dele) é tratado. O problema aparece quando se percebe que, como já exposto, não necessariamente um aspecto tem qualquer equivalente na realidade extralinguística. Em última análise, tal característica garante, aos olhos de Ankersmit, que não se possa falar em verdade ou falsidade no contexto da produção historiográfica, uma vez que

⁴² “A representação tem o seu próprio representado, conforme definido ou sugerido pela representação. Esta é a minha principal afirmação (...) a tese de que o que uma representação representa (por exemplo, Napoleão) deve ser estritamente distinguido do representado por uma representação (por exemplo, algum aspecto de Napoleão). Segue-se que a representação não é, como à primeira vista podemos estar inclinados a acreditar, um operador de dois lugares, mas sim um operador de três lugares. Temos - em primeiro lugar - (um) objeto(s) na realidade (por exemplo, Napoleão) e, em segundo lugar, representações deste (ou destes) objeto(s). Mas, em terceiro lugar, cada representação arrasta consigo o seu representado, tal como todos nós somos acompanhados pela nossa própria sombra num dia de sol. E a linha que vai dos objetos na realidade até uma representação é muito mais tênue e muito mais insegura do que aquela que liga uma representação ao seu representado.”. Tradução minha.

não há referência ao passado nos moldes tradicionais. Uma última categoria analítica deve ser exposta para a compreensão da postura filosófica de Ankersmit para com a lógica da representação histórica: aquela de *aboutness*⁴³.

Em seu *Historical Representation*, o autor afirma que “reference should be replaced by ‘aboutness’: a representation does not refer to what it represents, but is about it⁴⁴.” (p. 284. Grifos do autor). Em outras palavras, o ato referencial fica, no contexto da produção historiográfica, limitado (ou mesmo impossibilitado) a um procedimento indireto. O fato de que o tema tratado pelos trabalhos da Historiografia são aspectos do passado histórico faz com que nenhuma entidade seja propriamente identificada unicamente, e isto impede pensar a História e a Historiografia em termos referenciais. Contudo, aspectos são sempre relativos a algum elemento da realidade⁴⁵, “sobre” os mesmos. É dessa forma que a representação histórica deve ser pensada, aos olhos de Ankersmit. Quando um historiador qualquer vale-se de um termo como “o Renascimento”, o conceito em questão não se refere a algum elemento do passado histórico, mas pode-se dizer que tal conceito “é sobre” uma série de eventos e processos historicamente localizáveis.

Ankersmit, então, abandona a ideia de que cada texto produzido no antro da Historiografia é autorreferencial para defender a substituição da noção de referência para os fins da produção historiográfica⁴⁶. Alguns aspectos da produção anterior do neerlandês continuam, como a ideia de que os conceitos utilizados por cada historiador são analiticamente verdadeiros (porque derivados de interpretações particulares àquela concatenação textual), a ideia de que, eventualmente, é estabelecido um intertexto nas interações entre representações particulares⁴⁷ que permite algum avanço do ponto de vista epistemológico⁴⁸, o “monadismo historiográfico” de sua fase anterior e

⁴³ Em *A Escrita da História*, Jonathan Menezes traduz o termo como “tematicidade”. Contudo, a noção de “tema” não parece fazer justiça ao termo “about” (sobre) em inglês. Dessa forma, manter-se-á a categoria em questão sem tradução, entendendo-se que “aboutness” é algo como “a qualidade de ser sobre alguma coisa”.

⁴⁴ “A referência deveria ser substituída por ‘aboutness’: uma representação não se refere ao que representa, mas é sobre isso.”. Tradução minha.

⁴⁵ Usando os exemplos previamente trabalhados, “o centro de gravidade da tábua T”, apesar de não ser necessariamente idêntico a alguma coisa no mundo real, diz respeito à tábua que enuncia. Da mesma forma, “o pagador médio de impostos” é uma categoria que não pode dizer respeito a algo que não seja um indivíduo (identificado ou não).

⁴⁶ Se, contudo, o *aboutness* das obras mais recentes de Ankersmit realmente logra afastar-se da categoria de referência ainda será discutido.

⁴⁷ “Meaning has to be replaced by ‘intertextuality’: the meaning of the text of a historical representation can never be identified if one takes into account only the text itself. Its meaning only reveals itself in a comparison with other texts about (roughly) the same represented.” (2001, p. 284). Minha tradução: “O significado tem de ser substituído pela ‘intertextualidade’: o significado do texto de uma representação histórica nunca pode ser identificado se levarmos em conta apenas o próprio texto. Seu significado só se revela na comparação com outros textos sobre (aproximadamente) o mesmo representado.”

⁴⁸ É, contudo, crucial notar que ditos “avanços epistemológicos” não são interpretáveis como normalmente o são no contexto das ciências matematizadas. Para Ankersmit, um dos principais fatores que diferenciam a História de campos como a Física é o fato de que, nestas áreas de pesquisa, há um acordo preexistente quanto à forma de representar o(s) objeto(s) de pesquisa (o que faz das discussões teóricas embates quanto aos resultados e conclusões de cada pesquisador), enquanto que a História se caracteriza por ter como alvo de debate precisamente as próprias formas de representação da realidade. Não há um “método historiográfico” amplamente aceito (como há um método científico).

alguns outros elementos. Contudo, com relação à ideia de referencialidade, Ankersmit passa a advogar pelo abandono da categoria.

Com a análise agora encerrada, fecham-se também as discussões quanto ao tratamento dado pela Filosofia Narrativista da História ao conceito de referência/referencialidade. Dita postura filosófica, viu-se, rejeita a ideia de que um texto historiográfico faz referência ao passado histórico nos moldes tradicionais estabelecidos pela Filosofia da Linguagem. Os motivos dados são variados: a existência de uma prefiguração trópica do material trabalhado (no caso do White de *Meta-História*), uma apropriação política, consciente ou não, dos eventos e sua consequente transfiguração em fatos (para o White de *Content of the Form*), uma operacionalização da obra historiográfica segundo substâncias narrativas (no Ankersmit de *Narrative Logic*) ou uma gama de representações de cunho estético que simplesmente não partem da lógica referencial (para o Ankersmit de *Historical Representation e Meaning, Truth and Reference*). Contudo, a postura geral do Narrativismo é a de que a História enquanto campo de saberes não logra fazer referências diretas ao passado.

O próximo capítulo ocupar-se-á da análise dos méritos do Narrativismo quanto a suas propostas para repensar a referencialidade. Logram autores como Hayden White e Frank Ankersmit realmente afastar-se das categorias analíticas que criticam? São categorias como o “aboutness” ou a ponte sublime/belo fortes o suficiente para sair do campo da referencialidade? Este será o objeto de análise a partir de agora.

Considerações finais

A partir do anti-empirismo e do acentuado senso da influência política/estética sobre a produção historiográfica, o Narrativismo chega a três posturas transversalmente adotadas. Primeiramente, conclui que um texto do campo de História representa o passado, não como cópias do mesmo, mas como um ato repleto de subjetividades não diretamente encontradas no devir. Depois, e como consequência disso, defende que qualquer produção historiográfica constrói o passado que descreve na mesma (ou até em maior) medida em que o descobre a partir das fontes. Por fim, coloca que é na análise das produções historiográficas como um todo, e não em segmentos linguísticos das mesmas, que se pode encontrar algo de relevante a dizer sobre a História enquanto saber.

Dessas premissas, aparece uma relação curiosa com o problema da referência. Em vez de um processo referencial como tradicionalmente entendido, o Narrativismo acaba por desembocar numa espécie de referência griceana⁴⁹ socialmente influenciada. Uma tal postura afeta negativamente, no

Dessa forma, os “avanços epistemológicos” supracitados *não são* ampliações do conhecimento sobre o passado, mas novas formas de representá-lo textualmente.

⁴⁹ Cf. Grice (1991), Lycan (2022) e Imaguire & Schirn (2008).

entender de autores como White e Ankersmit, a capacidade da História de promover interpretações do passado epistemologicamente carregadas.

Referências

ANKERSMIT, Frank. **A Escrita da História**: a natureza da representação histórica. Trad. Jonathan Menezes et al. Londrina: Eduel, 2012.

ANKERSMIT, Frank. **Giro Lingüístico, Teoría Literaria y Teoría Histórica**. Org. Verónica Tozzi. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

ANKERSMIT, Frank. **Historical Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

ANKERSMIT, Frank. **History and Tropology**: the rise and fall of metaphor. Berkley: University of California Press, 1994.

ANKERSMIT, Frank. **Meaning, Truth and Reference in Historical Representation**. Ithaca: Cornwell University Press, 2012.

ANKERSMIT, Frank. **Narrative Logic**: a semantic analysis of the historian's language. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1983.

ANKERSMIT, Frank. The Necessity of Historicism. **Journal of the Philosophy of History**, Vol. 4, n. 1, 2010, p. 226-240.

ANKERSMIT, Frank. Truth in History and Literature. **Narrative**. Vol. 18, n. 1. Janeiro, 2010, p. 29-50.

ANKERSMIT, Frank & TAMM, Marek. Leibnizian philosophy of history: a conversation. **Rethinking History**, 2016. DOI: 10.1080/13642529.2016.1134931.

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2017.

BADE, L. H. B.; RICON, L. C. C. . Epistemologia e estética: : Apontamentos sobre historiografia e formas de representação. **MOSAICO REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE HUMANIDADES**, v. 14, p. 162-173, 2023.

DANTO, Arthur. **Analytical Philosophy of History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism**: four essays. Princeton: Princeton University Press, 1971.

GRICE, Paul. **Studies in the Way of Words**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1991.

IMAGUIRE, Guido, SCHIRN, Matthias. **Estudos em Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. **Postnarrativist Philosophy of Historiography**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. The Missing Narrativist Turn in the Historiography of Science. **History and Theory**, Vol. 51, n. 1, Outubro, 2012, p. 340-363.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **A Monadologia e Outros Textos**. Trad. Fernando Luiz Barreto Gallas e Souza. São Paulo: Editora Hedra Ltda., 2009.

LYCAN, William G.. **Filosofia da Linguagem**: uma introdução contemporânea. Trad. Desidério Murcho. Lisboa: Almedina, 2022.

MANNHEIM, Karl. **Ideology and Utopia**: an introduction to the sociology of knowledge. Nova York: Routledge, 1954.

MINK, Louis. **Historical Understanding**. Nova York: Cornell University Press, 1987.

MINK, Louis. History and Fiction as Modes of Comprehension. **New Literary History**. Vol. 1, n. 3, 1970, p. 541-558.

PEPPER, Stephen c. **World Hypotheses**: a study in evidence. Berkley: University of California Press, 1970.

STRAWSON, Peter. **Indivíduos**: um ensaio de metafísica descritiva. Trad. Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

WHITE, Hayden. **Figural Realism**: studies in the mimesis effect. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2019.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

WHITE, Hayden. **The Content of the Form**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative**: essays on History, Literature and Theory. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.